

Suspensão contrato milionário na Educação

Secretaria de Educação contratou Sangari do Brasil por R\$ 300 milhões

LÍVIO DI ARAÚJO E NATÁLIA CHAVES

A empresa Sangari do Brasil Ltda terá de esperar para receber os quase R\$ 300 milhões referentes ao contrato firmado com a Secretaria de Educação do DF, ainda em 2007. O valor a ser pago pela secretaria e a ausência de processo licitatório chamaram a atenção do procurador do Ministério Público de Contas do DF, Inácio Magalhães Filho, que entrou com representação no órgão contestando a prestação dos serviços. A Sangari se comprometeu ao fornecimento de material didático e treinamento de professores para o programa Ciência em Foco. Por esse serviço, cobrou R\$ 289.787.910 milhões da secretaria de Educação do DF. No último dia 3 de abril, o Tribunal de Contas do DF (TCDF) decidiu suspender o pagamento do contrato e cobrou explicações dos envolvidos.

A reportagem apurou na sexta-feira da semana passada que, embora a secretaria estivesse proibida de repassar qualquer dinheiro para San-



Secretário Valente teria se encontrado com presidente do TCDF para explicar o caso

gari, já havia sido emitido empenho de R\$ 17 milhões para parte do pagamento dos serviços. De acordo com o TCDF, o empenho existe, mas o pagamento não chegou a ser realizado. Ainda de acordo com o órgão, não constam no processo nenhum documento formal emitido pela secretaria de Educação que prestem esclarecimento so-

bre o contrato. Mas, segundo assessoria da secretaria, o titular da pasta, José Luiz Valente, teria conversado pessoalmente com o presidente do TCDF, Paulo César Ávila.

Entre as contestações feitas pelo promotor Inácio, além da falta de licitação e o valor do contrato, estão ainda possíveis irregularidades referentes ao CNPJ da Sangari do Brasil -

que estaria inativo desde 2005. A representação foi feita a partir de denúncia de deputados distritais da bancada do PT ao TCDF, contestando o pagamento de R\$ 28.998 milhões que já haviam sido efetuados à empresa. Durante análise da denúncia, o procurador chegou ao valor total do contrato: quase R\$ 300 milhões por 60 meses de prestação dos

serviços. A empresa ganharia, por ano, quase R\$ 50 milhões. Pelo valor do contrato, cada aluno da rede pública de ensino (310 mil) custaria R\$ 935 aos cofres do GDF só para aprenderem Ciências dentro do programa oferecido.

Procurados pela reportagem durante toda a semana, a empresa Sangari do Brasil Ltda prometeu esclarecer os fatos, mas, até o fim da noite de domingo, não havia retornado as ligações. O secretário de Educação do DF se limitou, por meio de sua assessoria, enviar nota para a Tribuna do Brasil, onde esclarecia algumas das questões levantadas. De acordo com o texto, "no dia 16 de abril, a Secretaria de Educação apresentou ao TCDF os esclarecimentos solicitados, em notificação feita no dia 9 de abril".

Ainda de acordo com a nota, o tribunal teria instruído a Secretaria a dar continuidade às ações do programa e determinado prioridade na análise do processo para que a rede pública não fosse prejudicada. Porém, manteve a suspensão dos pagamentos à empresa, que tem sede em São Paulo. Um pedido de reconsideração da decisão, ou seja, para que o órgão volte a pagar à Sangari, foi feito, na quinta-feira, pela secretaria ao TCDF. De acordo com a fonte do próprio tribunal, a decisão dificilmente será revista, uma vez que o valor do contrato é extremamente alto para que tenha sido feito sem licitação. "A secretaria só prestará novos esclarecimentos a pedido do próprio tribunal ou após a decisão final sobre o programa Ciência em Foco", enfatiza a nota.